How to cite this paper - Como citar: Schulte, A. A., Gallo-Belluzzo, S. R., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2017). Mãe brasileira trabalhando no exterior: Considerações preliminares. In Anais da 15ª Jornada APOIAR: O procedimento de Desenhos-Estórias na clínica e na pesquisa: 45 anos de percurso (pp. 286–305). Instituto de Psicologia da USP.

MÃE BRASILEIRA TRABALHANDO NO EXTERIOR: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Andréia de Almeida Schulte[43]

Sueli Regina Gallo-Belluzzo

Tânia Maria José Aiello-Vaisberg

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar psicanaliticamente o imaginário de mulheres brasileiras que moram no exterior sobre a vivência da maternidade associada à vida profissional. Justifica-se como produção de conhecimento que pode ser útil para a clínica psicológica da mulher e da maternidade e trazer subsídios para debates relacionados a lutas contra opressão feminina. Metodologicamente, optamos por um material de pesquisa produzido a partir de entrevistas que se organizaram ao redor do Procedimento de DesenhoEstória com Tema. A consideração psicanalítica deste material permitiu a produção interpretativa de um campo afetivo-emocional denominado “Precisamos de ajuda”, que se organiza ao redor da crença de que conciliar a maternidade e o trabalho requer uma rede de suporte.

Palavras-chave: mulher; maternidade; trabalho feminino; feminismo; método psicanalítico.

[43] Endereço para correspondência: Andréia de Almeida Schulte. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Avenida John Boyd Dunlop, s/n°. Jardim Ipaussurama. CEP 13060-904. Campinas-SP, Brazil. E-mail: quantaandreia@hotmail.com

APRESENTAÇÃO

O presente estudo tem por objetivo investigar psicanaliticamente o imaginário de mulheres brasileiras, que moram no exterior, sobre a associação da maternidade com atividade profissional. Justifica-se como produção de conhecimento que pode ser importante tanto para a clínica psicológica da mulher como subsídios para debates relacionados a lutas contra a opressão feminina.

Apesar das transformações da condição feminina que ocorreram na sociedade ocidental, em parte decorrente da ação dos movimentos feministas (Badinter, 1985, 2010, Hollway, 2006), a opressão feminina ainda apresenta um caráter estrutural na sociedade ocidental. Várias situações na vida das mulheres causam sofrimento, sendo algumas bem conhecidas e estudadas, tais como pobreza, falta de acesso à educação e aos cuidados básicos, cor da pele, situações de violência doméstica, abuso sexual entre tantos outros. Entretanto, muitas vezes, por uma estrutura social cristalizada, cegamo-nos para outros aspectos da vida feminina, que não são identificados como geradores de sofrimento, como a maternidade e suas facetas, que neste texto, está articulada ao trabalho.

Pesquisar sobre a mulher que opta por exercer a maternidade e seguir trabalhando não é tema novo para acadêmicos. Entretanto, cada estudo procura fazer um recorte especifico para alinhar-se ao seu objetivo. Tais como questão dos direitos legais e trabalhistas das mulheres (Lopes, 2006), a vivencia da mulher ao deixar os filhos com terceiros (Heimburg, 2016) ou a divisão dos trabalhos domésticos para sua atuação no mercado (Moreira, 2007), entre tantos outros desenhos. No momento, realizamos pesquisa com o objetivo de investigar psicanaliticamente o imaginário coletivo de mulheresmães que buscam conciliar a maternidade e a vida profissional.

Assim como Nogueira (2001), acreditamos que grande parte das conquistas das mulheres, em relação ao espaço laboral, deram-se a partir do movimento feminista, que segue, até os dias atuais, trazendo consideráveis contribuições.

Nesse sentido, parece-nos válido que a discussão sobre a maternidade e o trabalho feminino inclua, necessariamente, a consideração desse movimento, ainda que em abreviada exposição.

De uma forma geral, compreendemos que o feminismo tem como objetivo lutar por uma sociedade sem hierarquia de gênero, para evitar a concessão de privilégios ou a legitimação da opressão. Conforme Teles (1999), o feminismo seria:

> *... falar da mulher, em termos de aspiração e projeto, rebeldia e constante busca de transformação, falar de tudo o que envolva a condição feminina, não é só uma vontade de ver essa mulher reabilitada nos planos econômico, social e cultural. É mais do que isso. É assumir a postura incômoda de se indignar com o fenômeno histórico em que metade da humanidade se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades no decorrer dos tempos (p. 09).*

É possível notar que, em grande parte, devido aos debates e à luta realizados no cerne desse movimento, a visão sobre a maternidade sofre uma significativa mudança social e histórica, colocando-a no centro da agenda das discussões feministas. Cabe aqui salientar que não existe um modelo único de feminismo, pois este movimento é plural. Logo, também não há apenas um enfoque feminista acerca da maternidade, sendo essa valorizada em alguns períodos e, em outros, vista como uma função social que favorece certas formas de opressão feminina (Badinter, 2010; Collin & Laborie, 2009).

O começo do que conhecemos como movimento feminista é denominado como primeira onda. Foi iniciado na segunda metade do século XIX pelas sufragistas europeias, quando a reinvindicação feminista recai sobre questões políticas, pois lutavam pelo direito do voto feminino e também pelo direito ao trabalho sem autorização marital (Fougeyrollas-Schwebel, 2009). Essa onda fundamentou-se na ideia de que as conquistas do voto e do trabalho favoreceriam mudanças sociais que permitiriam o alcance da igualdade e liberdade, com equiparação de direitos entre os homens e mulheres. Nessa fase não havia um interesse específico em discutir ou questionar a maternidade, considerada, à época, como um fenômeno natural, mera consequência do casamento (Vasquéz, 2014; Badinter, 2010).

A partir de 1960, início da segunda onda do feminismo, ocorre uma redefinição da agenda, que passa a incluir uma preocupação com a maternidade (Tain, 2005). O modo como tal questão veio a ser abordada esteve decididamente influenciado pelo posicionamento de Beauvoir (1980), que pode ser sintetizado na fórmula feliz segundo a qual ninguém nasce mulher, pois essa seria uma condição socialmente construída. Desse modo, a reflexão acerca da maternidade resultou na ressignificação sobre seu sentido, tanto na sociedade quanto em âmbito privado, vale dizer, na família nuclear. É nesse contexto que ganha força a luta pelo acesso à contracepção, por meio das pílulas anticoncepcionais, bem como pelo direito ao aborto (Miguel & Biroli, 2014). Segundo Scavone (2001; 2004), para muitas mulheres esta experiência associava-se com a condição de esposa e era sentida agudamente como opressiva. Assim, “a maternidade não era mais o único horizonte feminino e, mais ainda, havia o desejo da “não maternidade” (Fougeyrollas-Schwebel, 2009).

A partir da década de oitenta, com o início da terceira onda do movimento feminista, o qual se mantém vigente até os dias atuais (Scavone, 2001), a maternidade ganha novo significado, passando a ser rediscutida. De fato, é possível distinguir dois diferentes momentos nesta terceira onda, que se apresentam em função dos modos pelos quais a questão da maternidade é considerada.

No primeiro momento, há a oposição ao radicalismo das feministas da segunda onda, que combatiam a maternidade por considerá-la opressora. Segundo Badinter (2010), a figura que aqui emerge seria a da *boa mãe ecológica*. Esta mãe prega um retorno à natureza, bem como a “ruptura com comportamentos consumistas, fruidores, egoístas e amorais” (p. 47), rejeitando também os avanços tecnológicos relativos à maternidade, tais como ambientes hospitalares, parto cesáreo e o uso de analgesias, bem como artefatos que auxiliam as atividades do cuidado infantil, tais como as fraldas descartáveis e a mamadeira. Evidentemente, tais visões têm como base a crença de que a mulher seria naturalmente preparada para ser mãe, dar à luz, amamentar e cuidar de seu bebê (Badinter, 2010). Podemos, assim, convir que se trata de

um movimento de caráter reacionário, centrado na retomada de alguns mitos, segundo os quais o ser humano se definiria basicamente como ser natural, isolado e abstrato (Bleger, 1984).

Uma segunda posição nesta fase do movimento é a superação dessa naturalização da maternidade, caracterizando-se pela ideia de que ter filhos seria uma opção a ser livremente escolhida ou rejeitada pela mulher. Esta, em situação de casamento, pode ouvir o companheiro, mas não é constrangida a engravidar contra a própria vontade. Por fim, propõem uma atuação conjunta do casal no cuidado e na criação dos filhos, tirando da mulher a responsabilidade praticamente exclusiva pelo bem-estar das crianças (Scavone, 2004; Vasquez, 2014), logo, liberando-a para manter sua vida para além da maternidade.

Os resultados desse movimento são demasiadamente importantes para a vida feminina. Foi por meio de suas reivindicações, que mulheres do mundo inteiro conseguiram o direito ao voto, a participação na vida pública, acesso à contracepção, direito ao aborto, cuidados pré-natais de qualidade, proteção de mulheres e garotas contra a violência doméstica e a de direitos trabalhistas, incluindo a licença-maternidade (Miguel & Biroli, 2014). Neste sentido, é possível dizer que tal movimento é uma das fontes a partir da qual a mulher conseguiu, oficialmente, optar por exercer – ou não - a maternidade e manterse engajada no mundo do trabalho quando assim o desejar.

Muito embora no Brasil haja, a partir da Constituição Brasileira de 1988, uma nova concepção em relação ao trabalho, vale dizer, a tentativa de equidade entre homens e mulheres, ainda há muita desigualdade, seja de salário, de ascensão profissional ou quanto da própria contratação em si.

Para ilustrar tal situação, trazemos a última pesquisa referente ao trabalho feminino no Brasil realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012). Em 2011 as mulheres de 20 a 35 anos eram a maioria da população (53,7%). Entretanto, eram a minoria no quesito ocupação profissional (45,4%), enquanto entre os homens, 60,8% possuíam emprego.

Outro aspecto interessante nesta pesquisa diz respeito ao tipo de trabalho que, segundo o gênero, os entrevistados ocupam. Os homens estão massivamente presentes na área da indústria (64%), construção (93,9), comércio (57,5%) e prestação de serviços (58%). Já as mulheres ocupam cargos em administração pública (64,1%) e serviços domésticos (94,85%). Também é importante ressaltar que o rendimento médio percebido pelas mulheres em 2011 foi R$ 1.343,81, uma média de 27,7% a menos do que recebiam os homens (R$ 1.857,63) (IBGE,2012).

Outro estudo interessante acerca do trabalho feminino é recente pesquisa da empresa americana The Boston Consulting Group (BCG, 2017). Esta pesquisa contou com mais de 200 mil mulheres entrevistadas - incluindo mulheres-mães - acerca da vida profissional. Os resultados mostram claramente que homens e mulheres iniciam suas carreiras com a mesma ambição. Entretanto, a pesquisa indica que, no decorrer da carreira, a mulher é menos indicada para cargos, promoções e aumentos salariais baseados em mérito. A nosso ver, esse quadro indica que há, definitivamente, diferenças de grande relevância quando comparamos as condições de trabalho considerando o quesito “gênero”, ou seja, é possível perceber que a mulher sofre perdas consideráveis simplesmente por ser mulher.

Acreditamos, assim, que a presente pesquisa se justifica na medida em que a articulação entre maternidade e trabalho, no contexto da vida feminina, constitui-se como uma importante questão e desafio que, muitas vezes, provoca demandas na clínica psicológica. Não desconhecemos que muitas vezes que essa problemática acaba por ser banalizada, tanto no cotidiano como nas mídias sociais, por uma questão de gênero, mas entendemos que assume importante significado tanto na vida da mulher como na vida conjugal e familiar.

FUNDAMENTAÇAO TEÓRICO-METODOLOGICA

Esta pesquisa se organiza, metodologicamente, como estudo qualitativo, uma vez que direcionada para uma aproximação do sentido do drama vivido pelas pessoas. Assim, esclarecemos que adotamos o referencial psicanalítico alinhado com a psicanálise dramática e intersubjetiva como proposta por Bleger (1963/1984).

Neste contexto, o uso da psicanálise enquanto método investigativo em pesquisas qualitativas, apresenta-se como uma opção potencialmente produtiva, na medida em que permite focalizar manifestações de conduta a partir dos campos intersubjetivos segundo os quais se constelam, permitindo uma compreensão de imaginários coletivos.

Para compreender o conceito de campo de sentido afetivo-emocional, partimos de Politzer (1928), que teoriza sobre uma psicologia que considere fatos psicológicos e indivíduos como unos, ou seja, em primeira pessoa. O autor posiciona, dessa forma, o sujeito como indissociável de suas ações, cabendo à psicologia abordar as condutas humanas como atos de pessoas concretas, tendo em vista compreender seu sentido. Como escreve Politzer (1988):

Por ser o fato psicológico um segmento da vida de um indivíduo singular, não é a matéria nem a forma de um ato psicológico que interessa, mas o sentido deste ato, e isso não pode ser esclarecido senão pelos materiais que o sujeito fornece no relato. (p. 85)

De fato, ao deparar-se com o estudo freudiano dos sonhos, no contexto do qual se firma que o sentido do fenômeno onírico só pode ser alcançado levando-se em conta a vida concreta do sonhador, Politzer (1928) veio a encontrar um campo de saber constituído ao redor da escuta de narrativas pessoais. Compreende-se, assim, porque veio a cogitar sobre a possibilidade de a psicanálise vir a assumir-se como psicologia concreta – o que, diga-se de passagem, parece se ter realizado por meio das formulações de Bleger (1963). Esse ultimo, alias, chega inclusive a dar passos decisivos, para a fundamentação de uma perspectiva concreta, quando defende que as interações humanas se dão sempre de modo socialmente contextualizado:

Nosso estudo da conduta se faz em função da personalidade e do inseparável contexto social, do qual o ser humano é sempre integrante; estudamos a conduta em qualidade de processo e não como "coisa", quer dizer, dinamicamente. (Bleger, 1963/1984, p. 25)

Compreendemos, portanto, que condutas são sempre manifestações ou produções humanas, sejam elas individual ou coletivamente consideradas, e que estão invariavelmente ligadas ao campo vivencial. Segundo o autor, este é o campo psicológico, que emerge de uma situação total, incluindo a pessoa, suas experiências e história passadas, bem como o que está acontecendo naquele momento. O acontecer vincular é essencialmente complexo e, por seu turno, insere-se em contextos históricos, sociais, geopolíticos, econômicos e culturais.

A abordagem concreta, na psicologia, exige uma modificação do conceito de inconsciente, na medida em que esse foi proposto inicialmente como instancia psíquica individual. Escreve Bleger (1984):

A conduta do ser humano não emerge de algo interior e que se desprega num externo; não há que buscar num "dentro" o que se manifesta "fora". As qualidades de um ser humano derivam sempre de sua relação com o conjunto de condições totais e reais. O conjunto de elementos, fatos, relações e condições constitui o que se denomina situação, que cobre uma fase ou um período, um tempo. (p. 35)

Do ponto de vista blegeriano, a dimensão não consciente da conduta seria essencialmente intersubjetiva, constituindo-se como espaços ou mundos transicionais, que seriam percorridos ou habitados por pessoas e grupos. Denominamos tais mundos como campos de sentido afetivo-emocional que, organizando-se ao redor de crenças, fantasias ou regras lógico-emocionais, firmar-se-iam como substratos a partir dos quais emergiriam as condutas dos seres humanos. Como afirmam Aiello-Vaisberg e Ambrósio (2006):

Campos de sentido afetivo-emocional são regiões de sentido que se configuram a partir de regras e ordenação próprias, para se constituir como substrato afetivo-emocional de todas as condutas humanas. Tais campos, vale notar, são o fundo a partir do qual emergem todas as manifestações de conduta que, por seu turno, produzem novos campos (p. 12).

Segundo a nossa perspectiva, a produção de conhecimento acerca da compreensão do imaginário coletivo dos seres humanos consiste na interpretação psicanalítica de condutas com vistas a criar/encontrar campos de sentidos afetivo-emocional. O conceito de imaginário coletivo a que aqui nos referimos, corresponde a um grupo especifico de condutas grupais. Estas podem se expressar por meio de atividade psíquica imaginativa, por meio de reações corpóreas e, ainda, como atuação no mundo externo, que pode inclusive gerar produtos materiais.

Partindo destes conceitos, temos desenvolvido investigações nas quais abordamos condutas humanas, compreendidas a partir de Bleger (1984), como toda e qualquer manifestação humana que, sendo intrinsecamente portadora de significados e sentidos, inscreve-se como acontecer humano. Adotando tal perspectiva conceitual, superamos abordagens abstratas que se pautam em termos tais como “alma”, “aparelho psíquico”, ou “mente”, dentre outros (AielloVaisberg & Machado, 2008).

Enfim, para viabilizar a produção desta pesquisa com método psicanalítico, utilizamo-nos de quatro procedimentos investigativos, a saber: *procedimento investigativo de configuração da entrevista,* que cobre a atividade comumente denominada como coleta de dados; *procedimento investigativo de registro da entrevista*, que é a disponibilização do material completo utilizado para a pesquisa; *procedimento investigativo de interpretação da entrevista* com vistas a criar/encontrar os campos de sentido afetivo-emocional que subjazem as condutas e, por fim, o *procedimento investigativo de interlocuções reflexivas,* no qual suspendemos o uso do método psicanalítico e revisitamos nossas interpretações à luz do pensamento teórico de outros autores, psicanalíticos ou não, para voltarmo-nos a um trabalho intelectual de caráter reflexivo. Contudo, como tal trabalho visa apresentar comunicações preliminares, o quarto procedimento investigativo não será, neste momento, apresentado.

PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS

Primeiramente, participaram desta pesquisa três mulheres-mães brasileiras, que à época, moravam e trabalhavam em outro país, a saber, Estados Unidos. Elas foram selecionadas a partir de contatos pessoais e convidadas a participar voluntariamente.

PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO DE CONFIGURAÇÃO DA ENTREVISTA

O primeiro passo, correspondente ao *procedimento investigativo de configuração da entrevista*, foi produzido a partir de entrevistas individuais que se organizaram ao redor do uso do Procedimento Desenho-Estória com Tema, idealizado por Aiello-Vaisberg (1999). Este foi utilizado com o intuito de criar um ambiente que facilitasse a comunicação emocional das entrevistadas. Foilhes solicitado que desenhassem livremente uma "mulher-mãe que trabalha". Em seguida, foi solicitado que contasse ou escrevesse a história dessa mulher. Por último, foi aberto um espaço para conversarmos sobre a atividade realizada, sobre o tema do desenho-estória e sobre suas vidas, se assim desejassem. Deste modo, a entrevista não apenas serviu para produção de material de pesquisa, mas também, como forma de atenção psicológica a estas mães.

PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO DE REGISTRO DA ENTREVISTA

Com o material em mãos, iniciamos o procedimento investigativo de registro da entrevista. Este se concretiza tanto no encontro com os entrevistados e seus desenhos-estórias, mas também com o registro da pesquisadora por meio de uma narrativa transferencial (Aiello- Vaisberg, Machado, Ayouch, Caron & Beaune, 2009) realizada a posteriori, a partir da memória sobre o vivido no encontro, que são relatadas por escrito enfatizando o impacto emocional do vivido, as associações livres, enfim, as emoções pessoais do pesquisador. (Aiello-Vaisberg, 2005) Trata-se de estratégia metodológica utilizada em diversas pesquisas sobre imaginários coletivos[44]

[44] Ao leitor interessado em conhecer pesquisas sobre o imaginário coletivo, recomendamos a visita ao Lattes da Professora Livre Docente Tania Maria Jose Aiello-Vaisberg.

1.1. PROCEDIMENTO DE INTERPRETAÇÃO DA ENTREVISTA

Posteriormente há o *procedimento investigativo de interpretação da entrevista*, que é o procedimento por meio do qual colocamos em marcha o método psicanalítico, vale dizer, é o momento em que os desenhos-estórias e a narrativa transferencial são considerados como associação livre e, por meio de sua leitura em estado de atenção flutuante, o psicanalista-pesquisador realiza a tarefa de interpretá-los psicanaliticamente com vistas a criarmos/encontrarmos os campos de sentido afetivo-emocional.

PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO DE INTERLOCUÇÕES REFLEXIVA

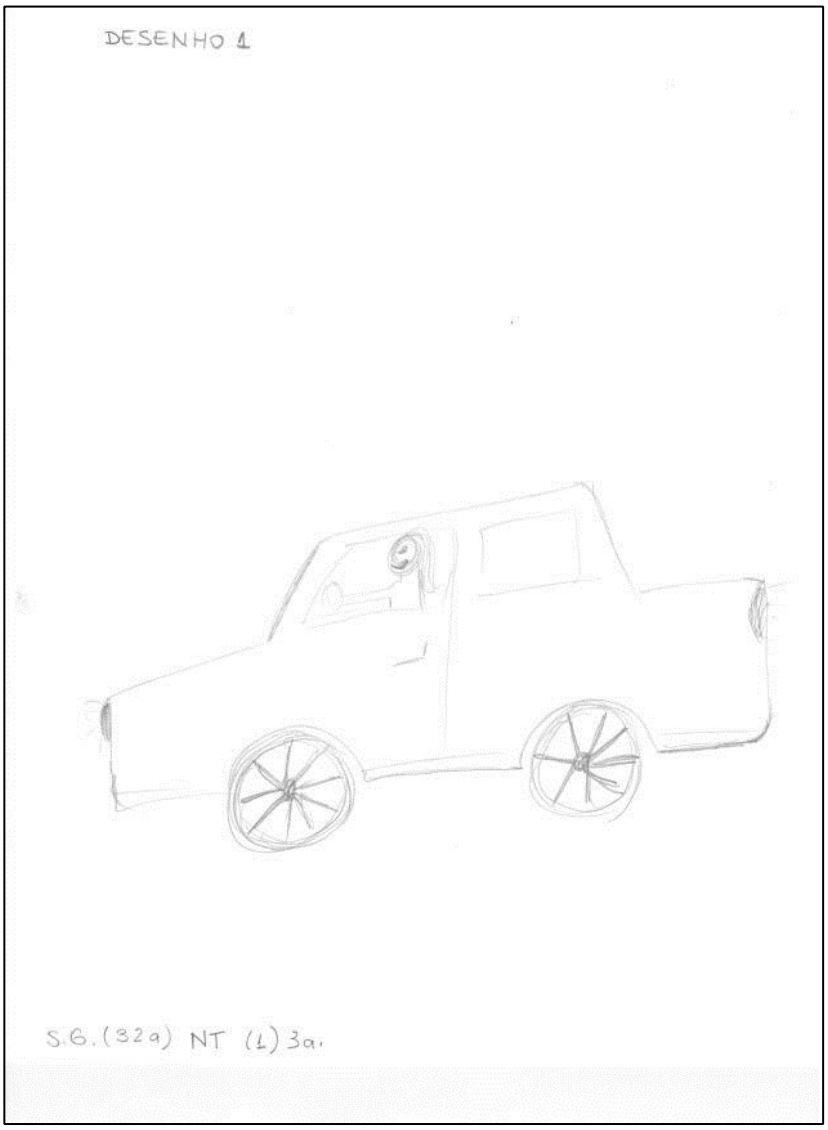
Por fim, após criarmos/encontrarmos os campos de sentido afetivo-emocional, iniciaríamos o *procedimento de interlocuções reflexivas,* etapa habitualmente intitulada, em pesquisas quantitativas ou qualitativas, que usam outros referenciais, como discussão ou análise de resultados. Sabemos que a retomada das interpretações é etapa essencial do processo investigativo para a efetiva produção de conhecimento que seja relevante. Neste momento, realizamos um trabalho reflexivo sobre os campos à luz de teorias e pensamentos de diferentes estudiosos, psicanalíticos ou não, que se voltaram a questões próximas ou idênticas àquelas apontadas pelo campo de sentido afetivo-emocional, tendo em vista ampliar nossa compreensão do fenômeno estudado que, no presente caso, é o da experiência de maternidade e o trabalho. Todavia, como apontado anteriormente, tal procedimento investigativo não fará parte, neste momento, deste trabalho.

ENCONTRANDO-NOS COM O IMAGINÁRIO DAS MÃES

Partindo de nosso objetivo, selecionamos as participantes dessa pesquisa que são mulheres-mães ativas em suas carreiras. Entramos em contato via mensagem ou contato telefônico, explicamos o projeto e marcamos uma entrevista no horário e local conveniente para ambas as partes. Entrevistamos

o total de três mulheres-mães, e todas as entrevistas foram realizadas pela manhã e na casa das entrevistadas.

Em um primeiro momento, propusemos às nossas entrevistadas que desenhassem uma mulher-mãe que trabalha. Tal passo foi realizado seguindo o Procedimento Desenho-Estória com Tema, idealizado por Aiello-Vaisberg (1999), e empregado com o intuito de criar um ambiente que facilitasse a comunicação emocional das entrevistadas. Em seguida, solicitamos que contassem ou escrevessem a história daquela mulher. Por último, houve abertura para uma conversa, que foi utilizada para discutir sobre a atividade realizada, sobre o tema do desenho-estória e sobre suas impressões sobre a maternidade e o trabalho. O resultado desses passos gerou o material a seguir:

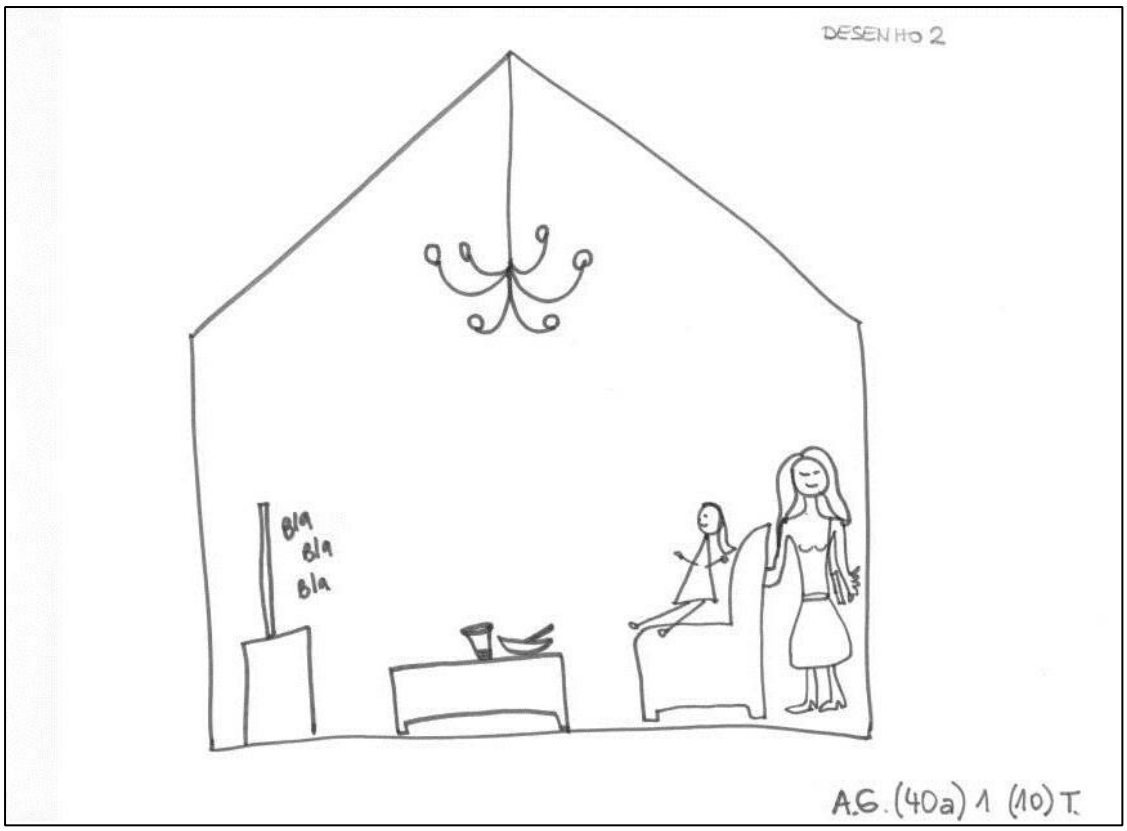


Desenho 01

Esta é uma mulher com uma vida corrida. Precisa trabalhar, cuidar da casa, cuidar dos filhos, buscar na escola e fazer compras. Para a vida corrida ela precisa de carro. Esta mulher precisa de facilitadores para dar conta da rotina corrida porque as pessoas não comparecem com uma ajuda, não têm responsabilidade com a casa nem com os filhos. O marido tem a vida dele, chega do trabalho e não vê necessidade dos cuidados. Precisa pedir para ajudar na criação dos filhos. Dai, nos dias atuais a mulher que é mãe e trabalha tem essa sobrecarga.

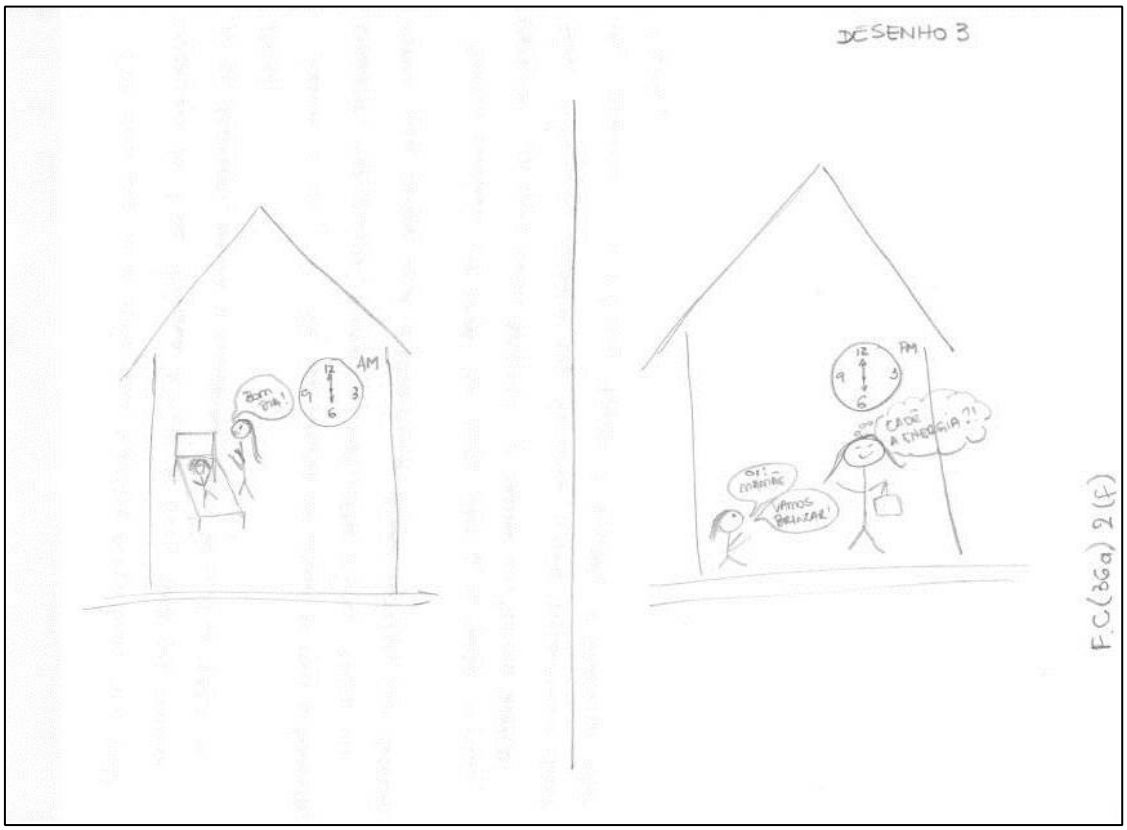
Nos Estados Unidos a vida é mais pratica por um lado e mais difícil por outro. Na terra "onde o filho chora e a mãe não vê", o lado pratico é que a mãe cria filhos bem independentes, o lado difícil é que a mulher não tem apoio para trabalhar e ser mãe. A licença maternidade é de 6 semanas. Então essa mulher brasileira que é acostumada a trabalhar, aqui precisa ter sangue frio, ou melhor "a frieza americana".

Desenho 02



Esta mulher, desde criança quis fazer muitas coisas. Queria voar, ser medica, trabalhar na televisão. A mãe dela sempre disse que não importava o que seria, o que importava era ser feliz. A menina cresceu, estudou, trabalho e se casou. Mais tarde teve filhos. Ela logo percebeu o quanto sua vida mudaria, amava a filha, mas ser mãe dificultava algumas coisas. Quando a filha cresceu, Joana retomou sua vida, mas agora com outras atividades, levantava mais cedo, cuidava da filha, o pai leva para escola e depois ela ia trabalhar. Quando voltava, cuidava da casa, da comida, da filha e do marido. Só de noitinha que conseguia cuidar dela mesma. Estava sempre cansada, misturando a alegria da vida que tinha com a vida que tem. Misturando a solidão desejada de antes com a agitação da vida de agora. Mas ela sabia que precisava encontrar meios para fazer tudo o que precisava fazer. Trabalhar, ser mãe, ser esposa e ser ela mesma, mesmo que tudo agora fosse tão diferente.

Desenho 3



Era uma vez uma mãe que durante a semana saia para trabalhar às 7 da manha. Acordava a filha as 6:00 para dar tempo de se arrumar, brincar, conversar antes de leva-la para a escolar. Durante o dia essa mãe que pensava na filha a todo momento enquanto trabalhava, sentia-se realizada e útil, tinha um tempo para cuidar dela e colocar os pensamentos em ordem. Quando chegava em casa, por volta da 6 da tarde, a filha esperava pela mãe para brincar e passar um tempo juntas. Com o pouco de energia que sobrava, a mãe encontrava forças para brincar com a filha, fazer o jantar e colocá-la para dormir.

Após a realização das entrevistas, partimos para o registro da entrevista que se concretizou por meio de uma narrativa transferencial (Aiello- Vaisberg, Machado, Ayouch, Caron & Beaune, 2009). Esta foi realizada a posteriori, a partir da memória sobre o vivido no encontro. Nesse momento não relatamos os fatos ou falas *ipsis literis,* como comumente encontraríamos em pesquisas qualitativas de cunho estruturalista, porém, relatamos o impacto emocional do vivido, nossas associações livres, enfim, as emoções pessoais do pesquisador

(Aiello-Vaisberg, 2005). As narrativas transferenciais possibilitam o caminho para a interpretação e, consequentemente, a criação/encontro dos campos de sentido afetivo-emocional que subjazem às condutas de nossas entrevistadas.

Acreditamos ser importante evidenciar algumas das impressões pontuadas na narrativa transferencial. Primeiramente, há, por parte das entrevistadas, uma disposição em conversar sobre si mesma antes da realização da entrevista, o que, invariavelmente, também é aproveitado no momento da criação/encontro dos campos. Também, as mulheres-mães entrevistadas ressaltam as coisas boas de se vivenciar a maternidade no exterior em detrimento das faltas que possam sentir, esta conduta foi percebida pelas pesquisadoras como uma forma de compensação e, por fim, quando nos encontramos com o todo do material, percebemos que essas entrevistadas projetam nos desenhos-estórias pequenas partes de si, facilmente reconhecíveis quando no material as mães estão cansadas e durante as entrevistas falam de sua dupla jornada e da carência de ajuda, especificamente por estarem em um país que não o de sua origem, ou seja, longe de sua rede de contato/amparo.

Conforme demandado pelo método psicanalítico, o conjunto do material foi lido sucessivas vezes cultivando a atenção flutuante, possibilitando a criação/encontro do campo afetivo-emocional denominado “Precisamos de ajuda”. Tal campo é organizado ao redor da crença de que conciliar a maternidade e o trabalho requer uma rede de suporte.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O campo de sentido afetivo-emocional “Precisamos de ajuda”, que produzimos interpretativamente a partir das entrevistas realizadas, parece confirmar nossa ideia da vigência da associação de sofrimento quando abordamos a maternidade articulada ao trabalho.

Se por um lado os desenhos nos mostram mulheres que estão realizando suas atividades de forma aparentemente feliz, por outro, as histórias que nos foram contadas apresentam uma visão bastante conservadora acerca da

maternidade, vale dizer, uma divisão de atividades não igualitária, basta notar que nas histórias, quando os maridos são inseridos, realizam atividades menores, como levar os filhos à escola. Outro indicio dessa divisão de atividades realizada de forma a pesar na rotina feminina, é o anúncio do cansaço e das dúvidas presentes na realização dos cuidados dos filhos, da casa e a vida profissional

Tal movimento, de desenhar e contar uma história, torna-se relevantemente rico, pois, configuram-se como um mediador que facilita a comunicação emocional, permitindo a apreensão de certas nuances do viver. Por exemplo, quando ficamos sabendo que as mulheres-mães imaginadas estão cansadas e deparam-se com muitas duvidas. Interessante pontuar que uma das entrevistadas, inclusive, comentou que teria deixado escapar algo de si quando conta a história da mulher do desenho-estória.

Nesse sentido, visitando e revisitando o material pudemos perceber que as mulheres-mães imaginadas pedem ajuda e suporte, que pode inclusive vir sob a forma de um automóvel, porque se sentem sobrecarregadas.

Quando nos voltamos para o contexto social em que vivem, constatamos aspectos interessantes, mas contraditórios. De um lado, vigora uma política de trabalho que impõe igualdade e proíbe todas as formas de discriminação, o que protege a mulher (*International Labor Organization* – ILO, 1998). Contudo, não

há uma politica pública que ofereça licença maternidade estendida e remunerada (*Family and Medical Leave Act* – FMLA, 1983), fazendo com que a mulher-mãe retorne ao seu trabalho rapidamente. Além disso, a população não dispõe de uma rede pública que ofereça cuidados institucionais às crianças. Desse modo, concluímos que a maternidade é exercida com certo esforço, o que se agrava no caso das mulheres-mães estrangeiras, que se encontram distanciadas de sua rede de apoio familiar.

Assim, podemos concluir que as participantes convergiram no sentido de reconhecer que a conciliação da maternidade com a vida laboral é exercida com grande esforço, principalmente porque o cuidado dos filhos recai maciçamente sobre os ombros da mulher–mãe. Entretanto, vale destacar que a

própria ideia de “ajuda” traz consigo uma comunicação altamente significativa, vale dizer, a de que não existe uma aspiração a deixar de cuidar dos filhos, mas sim a de poder contar com uma rede de suporte, que possa facilitar o cuidado infantil, o cuidado com a casa, o exercício profissional e o cuidado de si mesma, permitindo que a maternidade possa ser vivenciada de forma saudável e, por que não dizer, feliz.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Aiello-Fernandes, R., Ambrósio, F. F., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2012). O Método Psicanalítico como Abordagem Qualitativa: Considerações Preliminares In: *Anais da X Jornada Apoiar* - O laboratório de saúde mental e psicologia clínica
social - 20 anos: o percurso e o futuro, São Paulo: IP/USP.

Aiello-Vaisberg, T. M. J. (1999). *Encontro com a loucura: transicionalidade e ensino de psicopatologia*. Tese de livre docência não publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

Aiello-Vaisberg, T.M.J. & Machado, M.C.L. (2005). Narrativas: o gesto do sonhador brincante. In *Anais do Encontro latino Americano dos estados Gerais da Psicanálise*, 4. São Paulo: Estados Gerais da Psicanálise.

Aiello-Vaisberg, T.M.J. & Machado, M.C.L. (2008). Pesquisas psicanalíticas de imaginários coletivos à luz da teoria dos Campos. In Monzani, J. & Monzani, L.R. (Orgs.), *Olhar: Herrmann, uma viagem psicanalítica* (PP.311-324). São Carlos: Editora Pedro e João editores.

Aiello-Vaisberg, T.M.J., Machado, M.C.L., Ayouch, T., Caron, R. & Beaune, D. (2009). Les récits transferenciels comme présentation du vécu clinique: une proposition méthodologique. In Beaune, D. (Org.), *Psychanalyse, Philosophie et Art: dialogues* (pp.39-52). Paris: L’Harmattan.

Badinter, E. (2010). *Le conflit: La femme et la mère*. Paris: Flammarion.

Banister, P., Bunn, G., Burman, E., Daniels, J., Duckett, P., Goodley, D., & Whelan, P. (2011). *Qualitative methods in psychology*. 2nd edition. Manchester:
Open University Press.

Beauvoir, S. (1980). *O Segundo Sexo*, v.I, II. (Trad. Sérgio Milliet). Rio de Janeiro:

Nova Fronteira. (Original publicado em 1949).

Bleger, J. (1984). Psicologia da conduta. (E. O. Diehl, Trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Original publicado em 1963)

Collin, F. & Laborie, F., (2009) Maternidade In: Hirata, D.; Laborie, F.; Le Doaré, H. & Senotier, D. (2009) *Dicionário critico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP.

Flick, U. (2011) *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: ArtMed, Coleção

Pesquisa Qualitativa (Original publicado em 2008)

Heimburg, E. (2016). Futuras pedagogas mães e trabalhadoras do curso de pedagogia na Universidade do Estado de Mato Grosso Campus de Sinop: entre o tempo ditado pelo mercado de trabalho e o tempo necessário para educar seus filhos. Eventos PedagóGicos, 7(2), 415-425. Disponível em: http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/2316

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2012). O estudo Mulher no Mercado de Trabalho: Perguntas e Respostas Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_ nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf Acesso em 07 set 2017.

International Labor Organization (1998) *Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work, Geneve*

Laplanche J., & Pontalis J. B. (1992). *Vocabulário de psicanálise*. 2a ed. São

Paulo: Martins Fontes.

Lopes, C.M.S. (2006). Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. *Cadernos Pagu*, (26), 405-430.

Miguel, L. F.; Biroli, F. (2014). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo:

Boitempo,

Nogueira, C. (2001) Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social. Ed.: Fundação Calouste

Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Politzer, G. (1998). *Crítica dos fundamentos da psicologia: a psicologia e a psicanálise*. (M. Marcionilo & Y. M. C. T. da Silva, Trad.). Piracicaba: Editora Unimep. (Original publicado em 1928)

Scavone, L. (2001) Motherhood: transformation in the family and in gender relations. *Interface _ Comunic, Saúde, Educ*, v.5, n.8, p.47-60.

Scavone, L. (2004). Dar a vida e cuidar da vida feminismo e ciências sociais. Unesp.

Teles, M. A. A. (1999). Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense.

The Boston Consulting Group (BCG, 2017). Dispellyng the miths of the gender "The Ambition Map". Disponivel em: https://www.bcg.com/publications/2017/people-organization-leadership-changedispelling-the-myths-of-the-gender-ambition-gap.aspx Acesso em 01 set 2017.

United States Department of Labor (1983). Family and Medical Leave Act – FMLA. Washington, DC / USA. Disponivel em: https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/STATUTE-107/pdf/STATUTE-107-Pg6.pdf

Vázquez, G. (2014). Maternidade e Feminismo: notas sobre uma relação plural. *Revista Trilhas da História*, 3(6), 167-181.